

SUMÁRIO

TÁBUA DE ABREVIATURAS

Parte I
LEI DOS PLANOS
E SEGUROS DE SAÚDE
Lei 9.656, de 03.06.1998

Art. 1º

1. Uma indispensável nota introdutória
2. Os precursores: seguro-hospital, as cooperativas e o Sistema Unimed
3. O mercado e as tentativas de sua disciplina
4. O campo de abrangência
5. O produto Plano Privado de Assistência à Saúde
6. Outras modalidades de *produto, serviço e contrato*
7. A saúde como direito constitucional no Brasil
8. O empresário da saúde
9. A carteira de titulares de planos e seguros
10. A cobertura financeira e as outras coberturas autorizadas.
11. O controle sobre as operadoras e seguradoras.

Doutrina

Jurisprudência

Arts. 2º a 7º

1. A supressão dos dispositivos

Doutrina

Art. 8º

1. As entidades de autogestão, sua autorização e seus registros
2. O registro nos Conselhos Regionais específicos.

Doutrina

Jurisprudência

Art. 9º

1. As condições para o registro do produto na fase de transição
2. A flexibilidade dos prazos
3. A provisoriedade dos registros dos produtos

Doutrina

Jurisprudência

Art. 10

1. A lista da Organização Mundial da Saúde

2. As exceções à obrigatoriedade da oferta do plano básico
3. As exceções da cobertura básica do plano-referência: tratamentos experimentais
4. Outras exclusões do plano-referência: tratamentos estéticos
5. A inseminação artificial, a obesidade mórbida e os resultados estéticos
6. Órteses e próteses
7. A limitação de internação em UTI e CTI
8. A exclusão do uso de medicamentos e materiais importados
9. A regulamentação da ANS em matéria de cobertura básica
10. A regulamentação da ANS em matéria de transtornos psiquiátricos
11. A regulamentação de transplantes e as normas das resoluções

Doutrina

Jurisprudência

Art. 10-A

1. As razões que impõem a cobertura indispensável de reconstrução dos órgãos
2. A natureza da cirurgia reconstrutiva: obrigação de meios ou de resultados
3. A substituição de próteses restauradoras e manutenção corretiva do tratamento.

Doutrina

Jurisprudência

Art. 11

1. As definições indispensáveis e sua limitação prática
2. O dever de informação e a boa-fé dos contratantes
3. A violação do dever de informação e da boa-fé dos contratantes
4. A preclusão do direito de alegar preexistência
5. A obrigação das operadoras e seguradoras de dar alternativas e soluções
6. As consequências das soluções possíveis: a cobertura parcial
7. A opção pelo agravo como solução alternativa
8. O ônus de provar o conhecimento da preexistência das doenças

Doutrina

Jurisprudência

Art. 12

1. Coberturas parciais e coberturas temporárias
2. Urgência, emergência e o estado de perigo
3. Os produtos combinados
4. O produto e alguns elementos dele especificados nas resoluções
5. A cobertura dos tratamentos hemoterápicos
6. A cobertura para os partos, para o recém-nascido e para os adotados menores de idade
7. A portabilidade – Carências e outros direitos dos titulares de planos e seguros
8. Tratamentos oncológicos, radioterápicos, quimioterápicos e complementares a estes
9. A lei que se forma a partir da jurisprudência – “Judicialização” e “constitucionalização” da saúde

Doutrina

Jurisprudência

Art. 13

1. Mora do usuário e o restabelecimento do pacto
2. Outras causas legítimas para o fim do contrato

3. A remissão como causa de desfazimento do vínculo contratual

Doutrina

Jurisprudência

Art. 14

1. Os planos e seguros para deficiente
2. Nascimentos e doenças congênitas

Doutrina

Jurisprudência

Art. 15

1. A exceção para os maiores de 60 anos e sua vigência
2. Os dependentes dos consumidores com mais de 60 anos

Doutrina

Jurisprudência

Art. 16

1. As alterações contratuais introduzidas por lei ou resoluções
2. A simplicidade da linguagem do texto do artigo
3. As franquias e os limites da participação financeira

Doutrina

Jurisprudência

Art. 17

1. A vinculação dos contratados e referenciados como objetivo do legislador
2. A prévia comunicação aos usuários das modificações dos credenciados
3. A substituição de entidade hospitalar
4. O que é equivalente e quem o define
5. A substituição de credenciados como causa da resolução do contrato

Doutrina

Jurisprudência

Art. 17-A

1. As relações das operadoras com as prestadoras de serviços
2. A aplicação retroativa aos contratados anteriores a 24.12.2014
3. Os efeitos da alienação de carteiras tocante aos contratados, referenciados ou credenciados

Doutrina

Jurisprudência

Art. 18

1. A proibição da discriminação

Doutrina

Jurisprudência

Art. 19

1. A decisão administrativa da regularidade do registro

Doutrina

Art. 20

1. O regulamento das informações
- Doutrina

Art. 21

1. Outros parentescos abrangidos pelo dispositivo
2. As razões da restrição de utilização dos recursos financeiros

Doutrina

Jurisprudência

Art. 22

1. Sociedades obrigadas a normas especiais

Doutrina

Art. 23

1. A insolvência em geral
2. As normas especiais das execuções concursais
3. O regulamento especial de liquidação
4. Os crimes falimentares como antecedentes da quebra das operadoras

Doutrina

Jurisprudência

Art. 24

1. O equilíbrio financeiro e a garantia suficiente da execução das obrigações
2. O controle e o acompanhamento das finanças das operadoras
3. As normas reguladoras da alienação de carteiras

Art. 24-A

1. A semelhança com as instituições financeiras
2. As exigências gerais para os administradores das operadoras

Jurisprudência

Art. 24-B

1. Os poderes genéricos

Art. 24-C

1. Os créditos privilegiados

Doutrina

Art. 24-D

1. As anormalidades próprias dos planos e seguros

Doutrina

Jurisprudência

Art. 25

1. As penas e os delitos
2. O processo de aplicação das penas

Art. 26

1. Os terceiros atingidos pelo dispositivo

Doutrina

Art. 27

1. A obsolescência dos valores das multas

Art. 28

1. A revogação do artigo

Art. 29

1. O conflito entre os dispositivos do artigo

Doutrina

Jurisprudência

Art. 29-A

1. Os comportamentos proibidos

Art. 30

1. A real extensão do dispositivo
2. Outros consumidores não empregados
3. A separação, o divórcio e a filiação
4. O prazo de manutenção dos direitos de filiação aos planos
5. Os destinatários da proteção limitada de filiação aos planos
6. Os sucessores do titular
7. O plano incluído como cláusula de convenção coletiva de trabalho
8. O termo final da filiação e de manutenção do benefício
9. A casuística na aplicação do art. 30 da Lei 9.656
9. O efeito das sentenças judiciais a respeito da demissão de consumidores
10. A exceção fora da incidência dos dispositivos do art. 30

Doutrina

Jurisprudência

Art. 31

1. O cálculo proporcional do tempo de cobertura pós-aposentadoria
2. A disciplina dos dependentes e agregados do aposentado
3. A transmissibilidade dos direitos aos dependentes e agregados do aposentado
4. As relações de parentesco na transmissibilidade dos direitos do aposentado
5. A desaposentação e a permanência do aposentado no plano de saúde
6. A remissão como causa do desfazimento do vínculo e exoneração da seguradora

Doutrina

Jurisprudência

Art. 32

1. Um breve apanhado a respeito do SUS
2. A complexidade do relacionamento entre o público e o privado na assistência à saúde
3. As resoluções do CONSU e da ANS para o ressarcimento ao SUS
4. As novidades legislativas introduzidas pelo art. 32 da Lei 9.656/1998
5. O teto e o piso dos valores dos ressarcimentos ao SUS

Doutrina

Jurisprudência

Art. 33

1. A manifestação da proteção ao consumidor

Doutrina

Jurisprudência

Art. 34

1. A especialização das empresas
 2. As espécies e definições das Operadoras de Planos de Saúde – OPSs
- Doutrina

Art. 35

1. As datas do texto da lei
2. Os planos sem adaptação anteriores à lei
3. O regulamento das adaptações dos contratos
4. O resultado da aplicação das regras de adaptações dos contratos

Doutrina

Jurisprudência

Art. 35-A

1. Os poderes ilimitados do CONSU

Art. 35-B

1. O funcionamento sistemático do CONSU

Doutrina

Art. 35-C

1. As razões do atendimento obrigatório da urgência e da emergência
2. Os exemplos esclarecedores

Doutrina

Jurisprudência

Art. 35-D

1. Um sumário das penas de multa

Doutrina

Art. 35-E

1. As normas-princípio do direito da empresa
2. A Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.931 e a Liminar do STF

Doutrina

Jurisprudência

Art. 35-F

1. O que ficou sem regulamentação e que cabe na norma programática

Doutrina

Jurisprudência

Art. 35-G

1. A casuística de aplicação conjunta do CDC e da Lei 9.656/1998
2. As novidades na responsabilidade das operadoras, dos médicos e de terceiros
3. As regras protetivas dos consumidores inobservadas na aplicação do CDC
4. A casuística do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da Lei 9.656/1998

Doutrina

Jurisprudência

Art. 35-H

Art. 35-I

1. A pretensão moralizadora

Doutrina

Jurisprudência

Art. 35-J

1. Outros consumidores não empregados

Doutrina

Jurisprudência

Art. 35-L

1. Outras hipóteses de indisponibilidade de bens

Doutrina

Jurisprudência

Art. 35-M

1. As modificações legislativas no Dec.-lei 73/1966 e a extinção do IRB
2. A inconstitucionalidade parcial da Lei 9.932/1999

Doutrina

Art. 36

1. A contradição dos dispositivos que vigeram antes de sua criação
2. As lacunas deixadas pela Lei 9.656, de 1998 – A prescrição das ações judiciais
3. A prescrição das ações fundadas em contratos de planos e seguros privados de assistência à saúde

Doutrina

Jurisprudência

Parte II

A ADAPTAÇÃO DOS CONTRATOS
DE PLANOS E SEGUROS DE ASSISTÊNCIA
PRIVADA À SAÚDE ÀS NORMAS
DA LEI 9.656/1998

A indispensável nota introdutória

1. Resolução Normativa 254, de 05.05.2011

1. Cuidados iniciais para entender a questão da adaptação e da migração
2. Glossário com as definições regulamentares
3. A irreversibilidade da situação depois da adaptação

2. Resolução Normativa 74, de 07.05.2004

1. Nota introdutória

3. Lei 10.850, de 25.03.2004

Art. 1º

1. Nota introdutória
2. A atividade da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

Art. 2º

1. O planejamento do legislador para as adaptações dos contratos
2. Os planos individuais

Art. 3º

1. O direito de não obedecer às normas programáticas

Art. 4º

1. A vigência imediata em razão da urgência

Jurisprudência

4. Lei nº 10.741, de 01.10.2003 – Estatuto do Idoso

Art. 15

A indispensável nota introdutória

Doutrina

BIBLIOGRAFIA

GLOSSÁRIO